

ACESSIBILIDADE EM CINCO ESCOLAS DE CONCÓRDIA: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES, GESTORES E PAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

*Diandra Zanella Cavalher¹
Daniela Regina Sposito Dias Oliva²*

RESUMO: Introdução: A inserção de alunos com deficiência no ensino regular é garantia do direito à educação, e denomina-se inclusão. A legislação brasileira garante indistintamente a todos o direito à escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado a crianças com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento deve ser oferecido preferencialmente no ensino regular e tem nome de Educação Especial. A acessibilidade arquitetônica é um dos pilares da inclusão. A acessibilidade ao meio físico promove a inclusão, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania para todas as pessoas. Diante disso ações que garantam a acessibilidade tais como a circulação em áreas públicas cumprem com respeito de seus direitos fundamentais como indivíduos. **Objetivo:** Averiguar a percepção de gestores, professores e pais de pessoas com deficiência física, sobre as condições de acessibilidade em ambientes escolares públicos, descrevendo de forma comparativa os relatos observados em cinco escolas de Concórdia-SC. **Resultados:** A percepção geral sobre a inclusão e acessibilidade de gestores, professores e pais de alunos com deficiência, foi positiva em relação à acessibilidade em geral, e negativa quanto à estrutura física em algumas das escolas. A percepção é parcialmente insatisfatória nas escolas principalmente relacionada à falta de acesso à banheiros, ao setor de gestão e à setores de aprendizagem, onde é indispensável o acesso independente para os alunos com deficiência física. **Conclusão:** O objetivo foi alcançado. Busca-se dar continuidade em estudos nesse sentido e acompanhar possíveis mudanças em acessibilidade escolar em Concórdia-SC.

Palavras-Chave: Estruturas de acesso. Políticas Públicas de Saúde. Pessoas com deficiência física. Mainstreaming (Educação). Pesquisa qualitativa.

¹Acadêmica do Curso de fisioterapia da Universidade do Contestado-UnC- Concórdia. Santa Catarina, Brasil. E-mail: diandra_cavalher@hotmail.com

²Mestrado em Envelhecimento Humano pela Universidade de Passo Fundo, Brasil (2012). Autônomo do Clínica Tesser Otorrinolaringologia, Brasil. E-mail: danielaoliva@unc.br

ACCESSIBILITY IN FIVE CONCÓRDIA SCHOOLS: PERCEPTIONS OF TEACHERS, MANAGERS AND PARENTS OF STUDENTS WITH DISABILITIES PHYSICAL

ABSTRACT: Introduction: The inclusion of students with disabilities in mainstream education is guaranteed the right to education, and is called inclusion. Brazilian law guarantees equally to all law school at any level of education, and also provides the specialized care to children with special educational needs. This service should be offered preferably in mainstream and special education have a name. Accessibility is an architectural cornerstone of inclusion. The accessibility to the physical environment promotes inclusion, equality of opportunities and citizenship for all people. Given this action to ensure accessibility such as the movement in public areas meet about their fundamental rights as individuals. **Objective:** To evaluate the perception of managers, teachers and parents of people with physical disabilities, on the conditions of accessibility in public and private school settings, describing how comparative reports observed in six schools of Concórdia-SC. **Results:** The general perception about inclusion and accessibility of managers, teachers and parents of students with disabilities, was positive about accessibility in general and about the negative physical structure in some of the schools. The perception is partially unsatisfactory schools mainly related to lack of access to toilets, sector management and learning sectors, where it is essential to separate access for students with physical disabilities. **Conclusion:** We conclude that accessibility is unsatisfactory in both schools, the issue of lack of access to toilets, the management sector and sectors of learning, which is essential to have independent access for students with physical disabilities.

Keywords: Architectural Accessibility. Health Public Policy. Disabled Persons. Mainstreaming (Educação). Qualitative Research.

INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência são admitidas como deficiências a deficiência mental, cujo termo atualmente mais apropriado é deficiência intelectual; motora, auditiva, visual e múltipla, por serem as mais abrangentes e frequentes, constantes da Classificação da OMS (BRASIL, 2008). Outras causas de deficiência também são as doenças crônico-degenerativas (diabetes *mellitus*, infarto agudo do miocárdio, osteoporose) e as doenças cerebrovasculares, além das sequelas da vida moderna, tais como o estresse e a depressão. (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

As causas das deficiências são diversas. Esta abrangência é particularmente acentuada no caso do Brasil, que é afetado por dois grupos de causas principais, um

decorrente e característico dos países em desenvolvimento e, outro, típico das metrópoles do primeiro mundo. Este tipo de abordagem distribui as causas das deficiências em dois grupos. Deficiência congênita: aquelas provenientes desde o nascimento. Deficiência adquirida: aquelas adquiridas ao longo da vida.

Estudos estão sendo realizados diante dessa situação de exclusão. A intensidade da atitude preconceituosa chega a 32,4% quando se trata de pessoas com deficiência, de acordo estudos e acompanhamentos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC, 2009).

Segundo Bersot (2001) a falta de recursos por vezes impedem que as mesmas desenvolvam suas AVDs da mesma forma de uma pessoa que não possui deficiência física. Por sua vez, o índice de pessoas com deficiência física vem aumentando e o acesso a estas pessoas não acompanha o progresso, umas das falhas é a falta de motivação, e inserção da própria sociedade para estas pessoas com deficiência. (BERSOT, 2001).

A acessibilidade ao meio físico promove a inclusão, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania para todas as pessoas. Diante disso ações que garantam a acessibilidade tais como a circulação em áreas públicas cumprem com respeito de seus direitos fundamentais como indivíduos. (QUEIROZ; VITAL, 2008).

A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) por meio da Norma Brasileira sobre acessibilidade - NBR 9050 de 2004, estabelece critérios e parâmetros técnicos, a serem observados ao projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. A NBR 9050 visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura, ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

Os princípios norteadores dos sistemas educacionais modernos implicam democratizar o acesso às escolas, a gestão participativa e a qualidade do ensino, a formação dos professores e a garantia do atendimento aos excluídos, resguardadas as diferenças culturais, sociais, étnicas, compreendendo-o no discurso da inclusão educacional. (KRUGER, 2007). Desse modo, a educação de pessoas com

deficiência não é um problema pessoal e sim, uma situação educacional que merece destaque em discussões e publicações.

A Constituição garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

É fundamental que a acessibilidade seja interpretada como elemento indispensável para a inclusão social de todas as pessoas nos diferentes espaços da vida pública ou privada. E aqui não pode ser ignorada ou esquecida sua dupla faceta: interna e externa. No âmbito interno, ser acessível aos outros e ao mundo implica respeito recíproco à singularidade de cada pessoa e à pluralidade de condições e situações de vida que determinam a diversidade. No âmbito externo, a acessibilidade ao espaço social e público define-se pelas facilidades físicas, materiais e de participação ativa nas mais variadas instâncias do trânsito existencial, direta ou indiretamente, isto é, pessoalmente ou contando-se com a mediação de recursos humanos, técnicos ou tecnológicos. (MAZZOTA, 2006).

É interessante saber qual a percepção de pais de pessoas com deficiência que vivenciam de certa forma uma exclusão social visto que há ainda desinteresse da sociedade em viabilizar acesso a lugares públicos. É interessante também averiguar como os gestores e professores de escolas públicas percebem tais situações de forma a aumentar as discussões acerca de tal fenômeno.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo qualitativo na qual foram incluídos cinco gestores, cinco professores e cinco pais de pessoas com deficiência física cujos filhos estão matriculados nas escolas públicas “Margarida”, “Gerbera”, “Violeta”, “Orquídea” e “Begônia” de Concórdia Santa Catarina, durante o período de abril à setembro de 2012.

Inicialmente foi proporcionada a autorização das Escolas para a aplicação da pesquisa, uma carta de esclarecimento e consentimento para os pais ou responsáveis, foi realizada uma pesquisa com os gestores, professores e pais de alunos com deficiência e para esta pesquisa foi usado alguns roteiros de perguntas proposto por Chaves (2006).

O trabalho foi aplicado em cinco escolas, duas municipais e três estaduais de Concórdia, aplicando a pesquisa no próprio ambiente escolar, em forma de dez perguntas descritivas cujas perguntas referem-se à percepção de gestores, professores e pais de alunos com deficiência física sobre acessibilidade e inclusão. Para que os resultados das entrevistas tivesse um ponto de referência para análise fidedigna da situação de estrutura física, a pesquisadora preencheu um roteiro de observação que avalia a atual situação das escolas na questão de acesso para alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a coleta de dados realizada em cinco escolas de Concórdia, dentre elas duas municipais e três estaduais, obteve-se como resultados os dados descritos em seguida, cujas categorias estão elencadas em grupo, de acordo com as afinidades das respostas (usando de pseudônimos).

Diante da pesquisa realizada com os gestores da escola, a inclusão de alunos com deficiência ainda é um desafio, pois a estrutura física não atende as necessidades necessárias. Mesmo tendo passado por reformas com acompanhamento técnico para acréscimo de rampas ainda é insuficiente, assim sendo necessário os próprios professores adaptarem o espaço físico, como relata um gestor da escola:

É um desafio, pois a estrutura física não atende as necessidades, mas tentamos fazer alguns ajustes, porém tudo tem um alto custo financeiro. E os professores também estão sendo capacitados para atender estes alunos (Diretora, Margarida)

O relato acima vêm de encontro ao que preconiza as diretrizes de inclusão educacional. Dessa forma as escolas devem respeitar a diversidade, possibilitar a todos os alunos o seu acesso, preparar-se para receberem estes alunos e responder às necessidades educacionais de cada um deles como afirma Manzini e Corrêa (2010).

Estamos convivendo com o movimento chamado Inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Mas existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física na educação infantil, onde a

realidade é que muitas escolas brasileiras e as famílias não estão preparados para garantir o desenvolvimento pleno e escolar dessas crianças (SOUZA, TAVARES, 2006).

Os professores que trabalham com estes alunos são capacitados com formação, são chamados de segundo professor, trabalham com a inclusão desses alunos juntamente com os demais, sempre visando uma educação de qualidade dentro de cada limitação. Mesmo o espaço físico como o mobiliário do pátio não ser adequado, a maioria dos gestores afirmam que na questão de equipamentos as escolas estão adequadas, com sala multifuncional, com materiais pedagógicos e computadores.

Temos uma sala multifuncional com várias atividades diferentes. (Diretora, Violeta)
Na sala regular tem 2º professor e adquirem bastante materiais pedagógicos para estes alunos (livros e jogos). (Diretora, Orquídea)

Para Dutra (2005), pode-se dizer que incluir significa fazer parte da comunidade da escola, ser reconhecido como um membro da comunidade escolar, ter as mesmas oportunidades que os outros têm e ser tratado como um igual, um par.

Nas salas de recursos multifuncionais, destinadas ao atendimento especializado na escola, é que o aluno experimentará várias opções de equipamentos, até encontrar o que melhor se ajusta à sua condição e necessidade. (SCHIRMER *et al.*, 2007).

De acordo com Referenciais para a construção de Sistemas Educacionais Inclusivos, a acessibilidade é um dos primeiros requisitos que possibilita a todos aos alunos o acesso à escola, pois: garante a possibilidade, de todos, de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, frequentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades (MANZINI, CORRÊA, 2010).

Um dos pontos que chamou a atenção foi a falta de acesso para estes alunos à alguns lugares do colégio, como secretaria, sala de informática, biblioteca e também ressalta-se que algumas portas são estreitas, o que impede a passagem com a cadeira de rodas.

Chaves (2006) alerta que em termos arquitetônicos e urbanísticos, promover acessibilidade corresponde a criar espaços livres de barreiras e favoráveis à locomoção de todas as pessoas, quer sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, portadores de deficiência ou não.

Sabe-se que as escolas devem ter salas de aulas amplas para circulação de cadeiras, portas mais largas, ideal 90 cm segundo a NBR 9050, maçanetas do tipo alavanca que podem mais facilmente manipuladas por quem quer que seja, conforme citação de Lopes *et al.* (2008).

Para finalizar então, os gestores colocaram algumas sugestões para melhorar o atendimento a estes alunos, como oferta de mais cursos para professores, acesso para o aluno à todos ambientes da escola e mais equipamentos adequados para poder trabalhar .

“Deveriam se oferecidos mais cursos de aperfeiçoamento para os professores, pois em alguns casos não se sentem preparados para atender esses alunos” (Diretora, Begônia).

Segundo as professoras os alunos estão totalmente inclusos no ambiente escolar juntamente com todos os colegas, assim aprendendo a viver com as diferenças uns com os outros.

Ótimo, as crianças e professores aprendem a conviver com as diferenças, há um trabalho conjunto com professores e direção da escola visando o bem estar do aluno, facilitando o aprendizado e a socialização da mesma (Professora, Margarida).

No que diz respeito à acessibilidade, ainda precisa ser muito melhorada, porém a maioria dos professores vem o local do mobiliário do pátio estável e nas salas de aula deixando a desejar. Um outro ponto foi a necessidade de realizar reformas no espaço interno da escola.

Pensando nisso, Santos e Ribas (2005), afirmam que as necessidades do cadeirante interferem em todo o projeto da edificação, pois devem ser observadas as medidas antropométricas de alcance, assim como as necessidades do conjunto usuário/cadeira para seus deslocamentos, alcance de portas, janelas, armários, bancadas, acionamento de dispositivos, etc., para que as condições mínimas de independência e conforto sejam atendidas pelo projeto do espaço edificado.

O mobiliário da sala de aula não é adequado, tendo que ser adaptado pelas próprias professoras de acordo com as necessidades de cada aluno.

“Foi feita adaptação da cadeira e local para colocar os pés”. (Professora, Begônia)

Chaves (2006), relata que respostas as necessidades pedagógicas de todos os alunos se faça no mesmo contexto e através de atividades comuns, embora adaptadas e impõe a reestruturação da organização e do funcionamento dos serviços destinados aos alunos especiais o que inclui a adequação do ambiente físico.

Também não é disponibilizado materiais e equipamentos adequados para educação de alunos com deficiência, sendo os próprios professores que preparam alguns materiais para uso, conforme a fala da professora.

“É confeccionado aqui mesmo na escola, variando soluções de acordo com a necessidade do tema desenvolvido em sala de aula” (Professora, Orquídea)

Neste sentido, a criança com deficiência física não pode estar em um mundo à parte para desenvolver habilidades motoras. É preciso que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence. É muito mais significativo à criança desenvolver habilidades de fala se ela tem com quem se comunicar. Da mesma forma, é mais significativo desenvolver habilidade de andar se para ela está garantido o seu direito de ir e vir. (SCHIRMER *et al.*, 2007).

A maioria das professoras sugeriram para melhorar o andamento do aprendizado, disponibilizar mais cursos para aperfeiçoamento, mais verbas quando necessário, mais materiais didáticos e também melhorar o ambiente físico.

“Disponibilizar verbas quando necessário para direção escolar com mais agilidade para comprar o mobiliário e equipamentos sempre que houver necessidade” (Professora, Gérbera).

São os professores especializados os responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, tendo por função a provisão de recursos para acesso ao conhecimento e ambiente escolar. Proporcionam, ao educando com deficiência, maior qualidade na vida escolar, independência na realização de suas tarefas, ampliação de sua mobilidade, comunicação e habilidades de seu aprendizado. (SCHIRMER, 2007).

Além da percepção dos professores foram entrevistados os pais dos alunos com deficiência que frequentam as seis escolas estudadas.

Na entrevista realizada aos pais de alunos com deficiência, pode-se observar pelos seus respectivos relatos que o local acessível na calçada e vagas para estacionar carros de pessoas com deficiência existem na maioria das escolas.

Acreditam que o pátio da escola, no ambiente interno de certa forma esta adaptado, porém em alguns casos existem ondulações na pista. Já no que diz respeito às salas de aula os pais relatam que existe entrada adequada com rampas, porém na maioria das escolas faltam mesas e cadeiras adaptadas para os alunos, como o relato a seguir:

“Existe rampa para entrar na sala, só que não tem mesa e cadeira adequada para ela” (Pai, Gérbera)

É responsabilidade de cada um, manter viva a cidadania em todos os momentos e ambientes de nossas vidas. O ambiente é de extrema importância no dia a dia de todos e a responsabilidade de ter uma relação de bem estar com as pessoas que o utilizam. (LOPES *et al.*, 2008).

No ponto de vista dos pais as maiores barreiras são encontradas são para alguns locais da escola, onde não existem rampas de acesso para seus filhos, ou dificuldade para o acesso.

“Ela tem dificuldade para ir à sala de informática e também para a biblioteca, porque tem escada, e não tem outro acesso com rampa” (Mãe, Violeta).

Todas as escolas relatam que existe uma equipe de professores bons, que sempre procuram adaptar o meio físico dentro do possível para melhorar aproveitamento dos alunos nas atividades.

Segundo Schirmer (2007), para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança.

E para finalizar a entrevista deram algumas sugestões para melhorar tanto o acesso físico como a questão de materiais didáticos para trabalhar com os alunos, como se confere em no seguinte relato:

“Após a reforma ficou melhor, mais fácil para transitar com a cadeira de rodas dentro da escola, mas poderiam ter mais matérias para eles conseguirem participar junto das atividades” (Mãe, Orquídea).

Ressalta-se que todos relataram ver a respectivas escolas com adequados acessos para receber alunos com deficiência física.

A avaliação técnica observacional nas cinco escolas iniciou-se nas calçadas, onde já pode-se observar que há falta de acessibilidade em alguns aspectos, na maioria das escolas existe uma largura mínima necessária de 1,20m, tem piso antiderrapante, porém existem desníveis que impedem o livre acesso para deficientes físicos. O acesso à edificação foi um ponto positivo onde todas escolas possuem inclinação adequada para o acesso com cadeira de rodas e largura adequada.

No espaço interno das escolas existe bom acesso para os deficientes físicos, com pisos antiderrapantes, bom estado de conservação, existe parte do mobiliário para lanche apropriado para DF em todas as escolas, exceto uma que não há mobiliário adequado. No espaço interno existem também rampas para acesso e em algumas somente escadas, impedindo assim o livre acesso para os alunos com DF.

Nas salas de aula existe um livre acesso para os alunos cadeirantes, com piso estável, vão livre nas portas e com rampa inclinada na porta. Porém no que diz respeito ao mobiliário nenhuma das escolas possuem mesa e cadeira adequada para ofertar aos alunos com DF. O espaço da biblioteca também não é acessível, pois em uma das escolas não possui porta com vão livre de no mínimo 80 cm, e em dos casos possui escadas, assim nos dois casos impedindo o acesso com cadeira de rodas.

Nos banheiros, em duas escolas pode-se observar que não há livre acesso para a entrada do cadeirante, não possuem boxe destinado e também não existem lavatórios acessíveis, entretanto em três das escolas pode-se observar que há acessibilidade, apresentando vão livre na porta para entrada com cadeira de rodas, boxe destinado e lavatório com altura e comandos das torneiras adequados.

Nos setores pedagógicos como direção, sala dos professores e secretaria, somente duas das escolas possuem acesso livre para os alunos com DF para estes locais, onde não existem desníveis na porta e com balcão de atendimento que

permite aproximação frontal, nas outras existem desníveis e/ou escadas impedindo assim o livre acesso para os alunos com DF.

CONCLUSÃO

A pesquisadora buscou literaturas atualizadas, para descrever e discutir de forma mais correta possível os resultados obtidos nesse estudo. Através desse estudo pode-se concluir que a maioria das escolas possui acessibilidade em alguns aspectos, porém sempre há necessidades de melhorias. Os participantes relataram principalmente barreiras no que diz respeito a rampas de acesso e barreiras que inviabilizam os alunos a utilizarem de toda estrutura da escola.

Pode-se concluir que há ainda um desinteresse muito grande ao assunto pelas políticas públicas, porém um dos pontos significantes, foi a percepção da maioria dos entrevistados sobre a consciência do que realmente está a desejar nas escolas e podendo ver o interesse pela parte dos mesmos em promover melhoras sempre que possível.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS). **Manual técnico de promoção de saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar**. 4. ed. Rio de Janeiro: ANS, 2011.

ARRUDA, Sonia Maria Chadi de Paula; BITTENCOURT, Zélia Zilda Lourenço de Camargo. I CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA – “Acessibilidade: Você também tem compromisso!”- **Caderno de Textos**. p. 12-15, maio, 2006.

BERSOT, Luis Fernando. **Servidor deficiente físico: anseios e dificuldades na adequação ao trabalho no tribunal de justiça**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em:

_____. **Lei Nº 10. 048/00**. Dispõe sobre Prioridade dos atendimentos. De: 08. Nov. 2000.

_____. **Lei Nº 7. 853/89**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. De: 24. Out. 1989.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6. 949, de 25 de agosto de 2009**. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). **Pesquisa: Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**. 2009.

CAVALCANTE, Meire. As leis sobre diversidade. **Revista Nova Escola**, n. 196, out. 2006.

CHAVES, Giordana Calado. **Acessibilidade no ambiente escolar**: reflexões com base no estudo de duas escolas municipais de Natal-RN. Dissertação. Natal-RN, 2006.

DUTRA, Cláudia Pareira. **Acessibilidade na escola**: um compromisso com a educação de qualidade para todos In: CONFERENCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA; 1. :“Acessibilidade: Você também tem compromisso!”. **Caderno de Textos**. 12 a 15 maio, 2006.

KRÜGER, José Adelino *et. al.* Acessibilidade na universidade: repensando os processos inclusivos. **Revista Conexão UEPG**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa: Editora UEPG, v. 3, jan./dez., 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

QUEIROZ, Marco Antônio; VITAL, Flávia Maria de Paiva. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília, 2008.

Artigo recebido em: 27/11/2012

Artigo aprovado em: 27/05/2015